REUNIÃO DO PROJETO DE EQUIDADE

ATA DE REUNIÃO

Data: 08.05.2017

Local: Sala 307-A do Prédio Sede

Presenças: Juízes Andréa Saint Pastous Nocchi (Juíza Auxiliar da Presidência), e Leandro Krebs Gonçalves (convidado, Escola Judicial); servidores Bárbara Baumgart Casaletti (DG), Ana Naiara Malavolta (Gerente do projeto); Paulo Barreto Ferreira (SEGESP); Cristina Schmidt (SEGESP), Patrícia Rael (SEGESP).

Secretário: Igor Ferraz Freiberger (AGE)

Horário: 14h30min – 17h15min

A Juíza Andréa abriu a reunião informando sobre a adoção de cláusula de equidade nos contratos de serviços de limpeza terceirizada. Naiara questionou porque não se adotou a redação mais completa, ao que Bárbara esclareceu que as duas redações foram recebidas e não havia indicação de uma ser preferível. A seguir a Juíza Andréa fez um apanhado da trajetória do projeto. Relembrou que houve uma série de reuniões, com composições diversas, o que foi construído do ano passado até agora, o projeto foi tomando corpo com reuniões de apresentação de ideias mas também encaminhando algumas tarefas que, concretizadas, serviram de base para o planejamento interno. Apontou que existem várias atividades em andamento (por exemplo, novas salas de amamentação em outras unidades, capacitar servidores e magistrados, cláusula contratual de terceirizados exigindo equilíbrio entre homens e mulheres, negros e brancos etc.). Também está em preparação pesquisa interna sobre o perfil dos servidores terceirizadas e sobre percepção de violência no meio ambiente do trabalho. Ponderou que ficou tudo muito centralizado na Naiara e nela própria, o que as fez distribuir as tarefas, iniciar um processo administrativo e formalizar as medidas por meio da AGE. Por exemplo, a DG está certificando a sala de amamentação conforme as exigências do Ministério da Saúde para que outras salas tenham o mesmo padrão no futuro. A partir dessas medidas, desenvolveu-se a ideia de um comitê, que agora teve os membros eleitos e pode afinal ser instituído. A Juíza Andréa esclareceu ainda que a presente reunião é para deixar claro o escopo do comitê porquanto no TRT4 existem muitos comitês e

comissões e muitas vezes há sobreposição ou vazios nas competências. Destacou que a AGE faz o papel antipático de cobrar informações e precisa do retorno quanto ao andamento dos projetos. Mencionou sua experiência no Comitê de Priorização do 1º Grau, destacando que esse e outros grupos têm perfil traçado nas resoluções que os instituíram, ao passo que o Comitê de Equidade não tem o mesmo nível de definição, cabendo ao próprio comitê construir seu perfil e sua atividade, devendo se autorregular, definir como vai trabalhar e estabelecer prioridades. Ponderou que tais prioridades nunca substituem o dia a dia de cada setor e, assim, o Comitê vai atuar em nível macro, vai propor por exemplo, fazer um seminário para capacitar quanto a uma política de equidade. Ressalvou que é importante não passar a impressão de que agora existe o Comitê e que ele vai resolver problemas. A seguir, Naiara expôs que o papel do Comitê é fomentar e informar as áreas, não executar tarefas. Tem escopo mais político, não executório. Citou o relatório compartilhado para todos preencherem e que os setores já estão atuando, mencionando a SEGESP como exemplo. Informou que passará esses subsídios para as pessoas que foram escolhidas para o comitê, então esse documento vai ajudá-los retratando o que aconteceu em um ano e meio de projeto. Uma vez por mês a AGE cobrará o relatório do projeto, depois o próprio comitê vai definir como será gerido o projeto, cujo prazo é de 24 meses e acaba em janeiro do ano que vem. A Juíza Andréa opinou que o projeto não deve ficar com o Comitê, o qual pode opinar sobre as ações planejadas, mas que o projeto é uma incumbência da administração. Destacou ainda que, como vai se aposentar em breve, serão as informações existentes no projeto e em todo o trabalho feito até agora que subsidiarão a atividade do Comitê. Naiara relatou que é importante concluir o projeto e relatar o que foi feito porque está ligado a um programa do governo federal e, concluindo o plano de ações, o Tribunal receberá um selo. Estava previsto o assessoramento técnico para a implementação de projetos, mas com a troca de governo o apoio técnico deixou de existir, tendo sido mantido apenas o selo como prêmio para os órgãos que participam do programa e atendem suas exigências. Paulo informou que estão programando reunião sobre isso logo após a auditoria do CSJT, havendo intenção de fazer, a partir do portal do servidor, um questionário para os terceirizados. Naiara lembrou que existem pessoas analfabetas entre os terceirizados. Paulo esclareceu que, para esses casos (por exemplo, a empresa Trojan, de limpeza), a própria empresa contratada pode fornecer a maior parte

dos dados. E que as poucas pessoas analfabetas terão apoio do diretor de secretaria para o preenchimento do formulário. Na sequência, Naiara falou sobre as propostas de formação continuada recebidas de entes que tem experiência na área. A instrutora Rúbia, já conhecida do Tribunal, enviou proposta mais focada no direito, ao passo que a Coletivo propôs curso com foco mais generalista. Em ambos os casos, os módulos podem ser isolados (um pode ser feito independentemente de se fazer o outro) ou integrados. Andréa falou com ambos proponentes e explicou as peculiaridades e que talvez tivesse muita carga horária a proposta inicial de ambos os projetos. Ambas estão abertas para negociação e ajuste das propostas, acha que nenhuma proposta deve ser descartada e que as duas trazem visões diferentes que se complementam. Rúbia é mais jurídica e teórica, o Coletivo é mais prática e concreta. O Juiz Leandro perguntou se a capacitação será pré-requisito para atuar em iniciativas, ao que a Juíza Andréa disse que não. O Juiz Leandro questionou por que receber propostas externas em vez de nós mesmos fazermos um projeto voltado especificamente para o Tribunal e daí abrir para que os instrutores externos o preparem. Argumenta sobre as desvantagens sobre criar curso pronto. A Juíza Andréa considerou que não temos *expertise* interna para montar uma capacitação desse tipo. Naiara comentou que nas reuniões esse aspecto sempre apareceu, evidenciando que o pessoal interno não se sentia capacitado para lidar com os temas. A Juíza Andréa explicou que a ideia é fazer os membros do comitê capacitados se tornarem também capacitadores. Pondera ainda que, quando é montado internamente, o curso pode enfrentar problemas como um tema que não agrade os juízes, outro que suscite resistência entre os servidores etc. O Juiz Leandro argumentou sobre a sensibilização que deve ser promovida e o desafio que uma capacitação desse tipo representa. O grupo lembrou que iniciativas do ano passado tiveram público menor do que esperado, mas foram efetivas e tiveram importância por quebrar paradigmas. A Juíza Andréa concordou que pode ser negociado com os consultores uma proposta direcionada, algo que não seria um pacote pronto ou algo montado pelo Tribunal. Naiara opinou que o fato de ser um projeto fechado e externo não acarreta qualquer prejuízo, nos encontros de gestores sempre foi solicitada formação sobre o tema, as pessoas sentem falta de capacitação. O grupo debateu na sequência a possibilidade de convocar pessoas para o treinamento porque justamente as que mais precisariam rever seus conceitos são as que jamais adeririam. Destacam que os gestores podem indicar a capacitação

para servidores se identificam que devem ser instruídos para temas sobre equidade e diversidade. A Juíza Andréa falou que alguns, pela atividade que exercem, tem que fazer essa qualificação. Citou como exemplos os da SEGESP, encarregados de contratos com terceirizados e juízes. Sugeriu que os magistrados atuantes como conselheiros da EJ deveriam ser necessariamente capacitados nesses temas, o que tornaria a participação no conselho um meio gradual de capacitação dos juízes. Naiara falou que as propostas de capacitação recebidas já servem para mostrar no que consistirá o curso, o que também ajuda a SEGESP e o Comitê inclusive em termos conceituais. A Juíza Andréa reforçou a ideia falando sobre linguagem inclusiva, definições e resgate histórico. Sugeriu incluir capacitação dentro de reuniões para os juízes porque é difícil fazê-los participar de uma capacitação inteira. Exemplificou que uma instrução sobre termos pode ser feita em duas horas dentro de uma reunião. Naiara destacou que o mais importante é inserir esses temas como formação continuada, devendo entrar como temas transversais. O Juiz Leandro apontou que a capacitação da pessoa do comitê é mais fácil. A Juíza Andréa citou outros grupos em que alguma forma de capacitação pode ser levada a efeito (por exemplo chamando para a reunião do Comitê pessoas de outros grupos, multiplicando o conhecimento e interesse), sendo exemplos a Comissão de Acessibilidade e de Atenção à Saúde. O Juiz Leandro sugeriu fazer proposta para incluir a capacitação aberta na grade da EJ do ano que vem. A Juíza Andréa a seguir informou que a Juíza Gabriela Lacerda foi convidada para ser a coordenadora porque a própria Andréa não poderá em razão de sua aposentadoria. Cristina informa a intenção de ser fazer o primeiro curso em setembro, na modalidade *in company* e duração de 20h, dividido em três módulos nos meses de setembro, outubro e novembro. A juíza Andréa gostou da proposta, mas sugere incluir uma fala inicial sobre conceitos para o comitê. Bárbara relatou sua participação no curso da EJ sexta-feira passada, que pela manhã era sobre comunicação interpessoal e de tarde sobre gestão do conhecimento e da informação. Cita Andréa e Naiara como exemplos de como não temos uma gestão eficaz do conhecimento porque as duas vão se aposentar e não temos mecanismos para que o conhecimento e experiência de ambas não se perca e tenha continuidade. A Juíza Andréa se propôs a vir em reuniões mesmo já não estando no Tribunal. O Juiz Leandro perguntou sobre a possibilidade de se fazer reuniões “qualificadas” com temas adicionais e participação de outros comitês e comissões, fazendo isso de forma sistemática.

Falou sobre medidas que a EJ está adotando já tem em vista a troca de administração, incluindo aí requisitos para ser conselheiro da EJ. Os presentem aventam a possibilidade de abrir para aposentados vagas não preenchidas nos cursos, surgindo debate sobre dificuldade de se comunicar com os juízes aposentados e a sugestão de se fazer um grupo do Gmail. Paulo esclareceu que existem os dados porque são feitos recadastramentos anuais de juízes e servidores aposentados. Sem outros assuntos, a reunião foi encerrada às 17h15min. Ata redigida pelo servidor Igor Ferraz Freiberger, Analista Judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada eletronicamente para validação.

Agenda: a próxima reunião não foi programada.